

ÍNDICE GERAL

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Noções fundamentais	45
2. Função de tutela jurídica	46
3. Denominação	46
4. Definição	47
5. Caracteres do Direito Penal	47
6. Conteúdo do Direito Penal	49
7. Direito Penal objetivo e subjetivo	49
8. Caráter dogmático	50
9. Direito Penal comum e especial	50
10. Direito Penal material e formal	51
11. Princípios fundamentais do Direito Penal	51
a) Princípio da legalidade ou da reserva legal	51
b) Princípio da proibição da analogia “in malam partem”	51
c) Princípio da anterioridade da lei.....	51
d) Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa	52
e) Princípio da fragmentariedade.....	52

f) Princípio da intervenção mínima.....	52
g) Princípio da ofensividade.....	52
h) Princípio da insignificância.....	52
i) Princípio da culpabilidade.....	53
j) Princípio da humanidade.....	53
l) Princípio da proporcionalidade da pena.....	53
m) Princípio do estado de inocência.....	53
n) Princípio da igualdade.....	54
o) Princípio do “ne bis in idem”.....	54

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO PENAL

1. Fonte de produção ou material e fontes de conhecimento ou formais	55
2. Da lei ou norma penal: fonte formal imediata.....	56
a) A técnica legislativa do Direito Penal	56
b) Binding e a norma penal	58
c) Classificação das normas penais	60
d) Caracteres das normas penais	60
1. Exclusividade	60
2. Imperatividade	60
3. Generalidade	61
4. Abstrata e impessoal	63
3. Da norma penal em branco	63
a) Conceito	63
b) Classificação	64
4. A integração da norma penal	66
a) As lacunas da lei penal	66
b) Direito Penal e direito de exceção	68
c) Integração da norma penal: critério de admissão	69
5. Fontes formais mediatas	69
a) O costume	69
1. Conceito	69

2. Elementos	70
3. Espécies	70
b) Os princípios gerais do direito	71
6. Formas de procedimento interpretativo	72
a) A equidade	72
b) A doutrina	72
c) A jurisprudência	73
d) Os tratados e convenções	73

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

1. Conceito	75
2. Necessidade de interpretar as leis	75
3. Natureza da interpretação	76
4. Espécies de interpretação	76
a) Quanto ao sujeito que faz	76
1. Interpretação autêntica	77
2. Interpretação doutrinária	79
3. Interpretação judicial	79
b) Quanto aos meios empregados	79
1. Interpretação gramatical, literal ou sintática	80
2. Interpretação lógica ou teleológica	80
c) Quanto ao resultado	82
1. Interpretação declarativa	82
2. Interpretação restritiva	83
3. Interpretação extensiva	83
5. Critérios de aplicação da interpretação restritiva e extensiva .	84
6. O princípio “in dubio pro reo” em matéria de interpretação da lei penal: conclusões	86
7. Interpretação progressiva	87
8. Interpretação analógica	88
a) Conceito	88
b) Diferença entre interpretação analógica e analogia	88
c) A interpretação analógica e o CP brasileiro	88

d) Princípio da subsidiariedade	152
e) Princípio da consunção: crime progressivo, crime complexo e progressão criminosa	155
1. Princípio da consunção	155
2. Crime progressivo	156
3. Crime complexo	157
4. Progressão criminosa	157
f) Princípio da alternatividade: conceito e sua posição no tema	159

CAPÍTULO VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Direito Penal Internacional. Os princípios	161
a) Princípio da territorialidade	162
b) Princípio da nacionalidade	162
c) Princípio da defesa	163
d) Princípio da justiça penal universal	163
e) Princípio da representação	164
f) Princípios adotados pelo CP	164
2. Territorialidade	164
3. Lugar do crime. Teorias	168
4. Extraterritorialidade	171
5. Contravenções	177
6. A regra “non bis in idem”	177
7. Eficácia da sentença penal estrangeira	178

CAPÍTULO IX

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS

1. Introdução	179
2. Imunidades diplomáticas	180
3. Chefes de Governo	180
4. Imunidades parlamentares	181

DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I DA PARTE GERAL

1. Contagem de prazo	183
2. Frações não computáveis da pena	185
3. Legislação especial	186

III — TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO XI

CONCEITO DE CRIME

1. Termos e etimologia	191
2. Que é crime?	192
3. Conceito material	193
4. Conceito formal	193
5. Crime e contravenção	194

CAPÍTULO XII

ANÁLISE E CARACTERES DO CRIME SOB O ASPECTO FORMAL

1. Caracteres do crime sob o aspecto formal	195
2. O fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade	196
3. A punibilidade	198
4. Requisitos, elementares e circunstâncias do crime	198
5. Pressupostos do crime	201
6. Condições objetivas de punibilidade	203
7. Crime e ilícito civil	203
8. Crime e ilícito administrativo	204
9. O crime na teoria geral do Direito	204

CAPÍTULO XIII

DO SUJEITO ATIVO DO CRIME

1. Conceito	207
-------------------	-----

2. Terminologia da lei	207
3. Direitos e obrigações	208

CAPÍTULO XIV

DA CAPACIDADE PENAL

1. Conceito	209
2. Da incapacidade penal	209
3. Da capacidade penal das pessoas jurídicas	209
4. Da capacidade especial do sujeito ativo	211
5. Da capacidade penal especial em face das normas permis- sivas	212

CAPÍTULO XV

DO SUJEITO PASSIVO DO CRIME

1. Conceito	213
2. Espécies:	213
a) Sujeito passivo constante ou formal	213
b) Sujeito passivo eventual ou material	213
3. Posições do Estado	214
4. A questão do incapaz, da pessoa jurídica, do morto, do feto, dos animais e coisas inanimadas	215
5. A pessoa pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do delito em face de sua própria conduta?	218
6. Sujeito passivo e prejudicado pelo crime	219

CAPÍTULO XVI

DO OBJETO DO DELITO

1. Conceito	221
2. Espécies:	221
a) Objeto jurídico	221
b) Objeto material	221

CAPÍTULO XVII

DO TÍTULO DO DELITO

1. Conceito	223
2. Espécies	223
3. Importância	224

CAPÍTULO XVIII

DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS

1. A classificação tripartida	225
2. A classificação bipartida. Há diferença entre crime e contra-venção?	225

CAPÍTULO XIX

DA QUALIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES

1. Qualificação criminal da infração e do fato	227
2. Qualificação doutrinária	227
3. Crimes comuns e especiais	228
4. Crimes comuns e próprios	228
5. Crimes de mão própria ou de atuação pessoal	228
6. Crimes de dano e de perigo	229
7. Crimes materiais, formais e de mera conduta	230
8. Crimes comissivos e omissivos	232
9. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes	233
10. Crime continuado	235
11. Crimes principais e acessórios	236
12. Crimes condicionados e incondicionados	236
13. Crimes simples e complexos	236
14. Crime progressivo	239
15. Delito putativo	239
a) Conceito e espécies	239
b) Delito putativo por erro de proibição	239

c) Delito putativo por erro de tipo	240
d) Delito putativo por obra de agente provocador (crime de flagrante provocado)	240
16. Crime de flagrante esperado	243
17. Crime impossível	243
18. Crime consumado e tentado	243
19. Crime falho	243
20. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	244
21. Crimes de dupla subjetividade passiva	244
22. Crime exaurido	244
23. Crimes de concurso necessário	245
24. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos ou preterintencionais	245
25. Crimes simples, privilegiados e qualificados	245
26. Crimes subsidiários	248
27. Crimes vagos	249
28. Crimes de mera suspeita	249
29. Crimes comuns e políticos	250
30. Crime multitudinário	251
31. Crimes de opinião	251
32. Crime inominado	252
33. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	252
34. Crimes de forma livre e de forma vinculada	252
35. Crimes de ação penal pública e de ação penal privada	253
36. Crime habitual e profissional	254
37. Crimes conexos	254
38. Crime de ímpeto	257
39. Crimes funcionais	257
40. Crimes a distância e plurilocais	257
41. Delito de referência	258
42. Delitos de tendência	258
43. Delitos de impressão	258
44. Crimes de simples desobediência	259
45. Crimes pluriofensivos	259
46. Crimes falimentares	259

47. Crime a prazo	259
48. Crime gratuito	260
49. Delito de circulação	260
50. Delito transeunte e não transeunte	260
51. Crime de atentado ou de empreendimento	260
52. Crime em trânsito	260
53. Crimes internacionais	260
54. Quase crime	260
55. Crimes de tipo fechado e de tipo aberto	261
56. Tentativa branca	261
57. Crime consunto e consuntivo	261
58. Crimes de responsabilidade	261
59. Crimes hediondos	263

CAPÍTULO XX

DO FATO TÍPICO

1. Introdução	265
2. Elementos do fato típico	265

CAPÍTULO XXI

DA CONDUTA

1. Conceito, características e elementos	267
2. Ausência de conduta	268
3. Teorias da conduta	270
a) Teoria naturalista ou causal da ação	270
b) Teoria social da ação	272
c) Teoria finalista da ação	273
4. Formas da conduta: ação e omissão	277
a) Ação	277
b) Omissão	277
1. Teorias	277
2. Formas	279
3. Crimes omissivos próprios	279

4. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão ..	279
5. Caso fortuito e força maior	280

CAPÍTULO XXII

DO RESULTADO

1. Conceito	283
2. Teorias	283
3. Há crime sem resultado?	284
4. Em que consiste o resultado	286

CAPÍTULO XXIII

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. Introdução ao tema	287
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	287
3. Aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes	290
4. Da causalidade na omissão	291
5. Da superveniência causal	294

CAPÍTULO XXIV

TEORIA DA TIPICIDADE

1. Noção introdutória	299
2. O tipo legal e o fato concreto	301
3. Denominações	301
4. Evolução histórica da tipicidade: fases	301
5. Primeira fase: independência	303
6. Segunda fase: caráter indiciário da antijuridicidade	304
7. Terceira fase: "ratio essendi" da antijuridicidade	305
8. Diretriz dominante	306
9. Tipicidade e antijuridicidade	307

CAPÍTULO XXV

TEORIA DO TIPO

1. Conceito e importância do tipo	309
---	-----

2. Da adequação típica: formas	309
3. Análise e elementos do tipo	311
a) Introdução ao tema	311
b) Elementos objetivos do tipo	312
c) Elementos normativos do tipo	312
d) Elementos subjetivos do tipo (elementos subjetivos do in- justo)	314

CAPÍTULO XXVI

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

1. Declínio do prestígio da relação de causalidade material (ob- jetiva) como elemento do fato típico	319
2. Conceito de imputação objetiva.....	320
3. Risco permitido e risco proibido	320
4. Missão	321
5. Imputação objetiva, responsabilidade penal objetiva e impu- tabilidade: distinções	322
6. Âmbito de aplicação.....	322
7. Imputação objetiva da conduta e do resultado.....	322
8. Natureza jurídica e posição sistemática.....	323
9. Efeito da ausência da imputação objetiva.....	324
10. Requisitos de aplicação	324
11. Princípios.....	325

CAPÍTULO XXVII

DO TIPO DO CRIME DOLOSO

1. Introdução	327
2. Conceito e natureza do dolo	327
3. Teorias do dolo	327
a) Teoria da vontade	327
b) Teoria da representação	328
c) Teoria do assentimento	328
4. Dolo natural	328
5. Elementos do dolo	328
6. Espécies de dolo	330

<i>b)</i> Teoria objetiva	381
8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Tentativa qualificada.....	382

CAPÍTULO XXXIII

DO ARREPENDIMENTO POSTERIOR

1. Conceito	389
2. Requisitos	389
3. Aplicação	390
4. Natureza jurídica	390
5. Relevância da reparação do dano	390

CAPÍTULO XXXIV

DO CRIME IMPOSSÍVEL

1. Conceito e casos	393
2. Teorias	394

CAPÍTULO XXXV

DA ANTIJURIDICIDADE

1. Conceito	397
2. Terminologia	398
3. Antijuridicidade formal e material	399
4. Caráter objetivo da antijuridicidade	400
<i>a)</i> Antijuridicidade subjetiva	400
<i>b)</i> Antijuridicidade objetiva	401
5. Antijuridicidade genérica e específica	402
6. Causas de exclusão da antijuridicidade	402
<i>a)</i> Introdução	402
<i>b)</i> Requisitos objetivos e subjetivos de justificação	403
<i>c)</i> Causas supralegais de exclusão da antijuridicidade	406
<i>d)</i> Excesso nas justificativas	408

CAPÍTULO XXXVI

DO ESTADO DE NECESSIDADE

1. Considerações gerais	411
2. Teorias: unitária e diferenciadora	412
3. Conceito e natureza jurídica	414
4. Exemplos	414
5. Requisitos	415
6. Perigo atual ou iminente	416
7. Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro	417
8. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito ..	417
9. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo	419
10. Inevitabilidade do comportamento lesivo	420
11. Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado	421
12. Elemento subjetivo do estado de necessidade: conhecimento da situação do fato justificante	422
13. Causa de diminuição de pena	422
14. Formas do estado de necessidade	423
15. Excesso	423

CAPÍTULO XXXVII

DA LEGÍTIMA DEFESA

1. Introdução	425
2. Natureza jurídica	426
3. Conceito e requisitos	427
4. Agressão injusta, atual ou iminente. Questões várias	428
5. Direito do agredido ou de terceiro atacado ou ameaçado de dano pela agressão	431
6. Repulsa com os meios necessários	432
7. Moderação na repulsa necessária	434
8. O elemento subjetivo da legítima defesa: conhecimento da situação de agressão e da necessidade de defesa	434

9. Excesso	434
10. Legítima defesa subjetiva. Legítima defesa sucessiva. Legítima defesa putativa	438
11. Legítima defesa e estado de necessidade	438
12. Ofendículos	439

CAPÍTULO XXXVIII

ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

1. Estrito cumprimento de dever legal	441
2. Exercício regular de direito	442
3. Intervenções médicas e cirúrgicas	442
4. Violência esportiva	443
5. Consentimento do ofendido	443

CAPÍTULO XXXIX

DO CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução	447
2. Concurso necessário e eventual	447
3. Autoria	449
4. Relação com a teoria da causalidade	450
5. Formas de autoria e de concurso de pessoas em face da teoria do domínio do fato: coautoria e participação	451
6. Participação	453
7. Natureza jurídica do concurso de pessoas	454
a) Teoria unitária	454
b) Teoria dualista	454
c) Teoria pluralística	454
d) Exceções pluralísticas da teoria unitária	455
8. Natureza jurídica da participação	455
a) Teoria causal	455
b) Teoria da acessoriedade: classes de acessoriedade	456

9. Autoria mediata	460
10. Requisitos do concurso de pessoas	462
11. Pluralidade de condutas	462
12. Relevância das condutas	462
13. Do liame subjetivo e normativo	463
a) Coautoria e participação	463
b) Autoria colateral	466
14. Identidade de infração para todos os participantes	466
15. Formas de participação	467
16. Punibilidade	472
17. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os participantes	473
18. Participação impunível	474
19. Participação de participação e participação sucessiva	474
20. Momento da participação e exclusão da participação posterior ao delito	475
21. Participação e arrependimento	475
22. Autoria incerta	476
23. Crimes omissivos	476
24. Comunicabilidade e incomunicabilidade de condições, elementares e circunstâncias	480
a) Incomunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal	482
b) A circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe ou coautor se não entrou na esfera de seu conhecimento	483
c) As elementares, sejam de caráter objetivo ou pessoal, comunicam-se entre os fatos cometidos pelos participantes desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento ..	485
25. Concurso de pessoas e infanticídio	486
a) Exposição do tema	486
b) Pronunciamento do IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins	489
c) Nossa sugestão	493

IV — DA CULPABILIDADE

CAPÍTULO XL

A POSIÇÃO DA CULPABILIDADE EM FACE DA ESTRUTURA DO CRIME

1. O CP brasileiro e os requisitos do crime	499
2. A posição da culpabilidade	500
3. Responsabilidade penal objetiva	501

CAPÍTULO XLI

CONCEITO DE CULPABILIDADE

1. Introdução	503
2. Teorias da culpabilidade	503
3. Teoria psicológica da culpabilidade	504
4. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	504
5. Teoria normativa pura da culpabilidade. Elementos da culpabilidade	505
6. Teoria limitada da culpabilidade	509
7. Características do finalismo	510

CAPÍTULO XLII

DA IMPUTABILIDADE

1. Conceito	513
2. Imputabilidade e responsabilidade	514
3. Fundamento da imputabilidade	514
4. Causas de exclusão da imputabilidade	515
5. “Actio libera in causa”	516

CAPÍTULO XLIII

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE

1. Introdução. Teorias	519
------------------------------	-----

2. Teoria extrema do dolo	519
3. Teoria limitada do dolo	520
4. Teoria extrema da culpabilidade	520
5. Teoria limitada da culpabilidade	521

CAPÍTULO XLIV

DA EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA

1. Introdução	523
2. Teoria das circunstâncias concomitantes de Frank	523
3. Efeito da inexigibilidade de conduta diversa	524

CAPÍTULO XLV

DAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

1. Introdução	525
2. Elenco	525
3. A inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	527
4. Emoção e paixão	529

CAPÍTULO XLVI

DO ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Inescusabilidade da ignorância da lei e relevância da falta de consciência da antijuridicidade	531
2. Conceito de erro de proibição	532
3. Formas	532
4. Erro de proibição e erro de tipo: efeitos quanto ao dolo e culpabilidade	533
5. Casos de erro de proibição	533
6. Erro e ignorância de direito	533
a) Conceitos	533
b) Efeitos	534
c) Erro de direito penal e erro de direito extrapenal	534
d) Erro de direito e delito putativo por erro de direito	535

7. Suposição errônea da existência de causa de exclusão da ilicitude não reconhecida juridicamente.....	536
8. Discriminantes putativas	536

CAPÍTULO XLVII

DA COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL

1. Conceito e espécies de coação	537
2. Espécie de coação prevista no art. 22, 1.ª parte, do CP	537
3. Coação moral irresistível como causa de exclusão da culpabilidade. Responsabilidade do coator	538

CAPÍTULO XLVIII

DA OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

1. Conceito e espécies de ordem de superior hierárquico	539
2. Obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade	540
3. Requisitos. Responsabilidade do superior hierárquico	541

CAPÍTULO XLIX

DA INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO OU RETARDADO

1. Introdução	543
2. Critérios de aferição da inimputabilidade	543
3. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	544
4. Diminuição da capacidade de entendimento e de vontade — caso de redução da pena ou de aplicação de medida de segurança	546
5. Requisitos normativos da inimputabilidade	549
6. Menoridade penal	549

CAPÍTULO L

DA INIMPUTABILIDADE POR EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

1. Conceito, fases e espécies de embriaguez	553
2. Sistema da embriaguez na legislação penal brasileira	554
3. Embriaguez voluntária ou culposa. “Actio libera in causa” ...	555
4. Embriaguez acidental: casos de exclusão da imputabilidade e de diminuição da pena	558
5. Embriaguez simples, patológica e preordenada: soluções legais ...	559

V — DA SANÇÃO PENAL

CAPÍTULO LI

DAS PENAS

1. Conceito, fins e caracteres	563
2. Classificação	564
3. Sistemas penitenciários	565

CAPÍTULO LII

DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Regimes penitenciários. Reclusão e detenção	567
2. Regras do regime fechado	569
3. Regras do regime semiaberto	569
4. Regras do regime aberto	570
5. Regime especial	570
6. Direitos e trabalho do preso	570
7. Superveniência de doença mental	570
8. Detração penal	571
9. Regime disciplinar diferenciado	572

CAPÍTULO LIII

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Alternativas penais, penas alternativas e restritivas de direitos..	575
--	-----

2. Natureza das penas restritivas de direitos	578
3. Condições	578
4. Multa substitutiva: condenação a pena igual ou inferior a um ano	581
5. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	581
6. Prestação pecuniária e prestação inominada.....	583
7. Perda de bens e valores	584
8. Prestação de serviço à comunidade	585
9. Interdições temporárias de direitos.....	586
10. Limitação de fim de semana.....	587

CAPÍTULO LIV

DA PENA DE MULTA

1. Critérios de cominação	589
2. Fixação da multa	589
3. Pagamento da multa	590
a) Observação	590
b) Legislação anterior	590
c) Lei n. 9.268/96	591
4. Proibição de conversão da multa em detenção	592

CAPÍTULO LV

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Introdução	593
2. Conceito de periculosidade	593
3. Fatores e indícios de periculosidade	594
4. Pressupostos de aplicação	595
5. Periculosidade real e presumida	595
6. Espécies	595
7. Imposição de medida de segurança ao inimputável	596
8. Sistema vicariante	596
9. Direitos do internado	597
10. Extinção da punibilidade	597

DAS CIRCUNSTÂNCIAS

1. Circunstâncias e elementares do crime	599
2. Posição das circunstâncias na teoria do crime e da sanção penal	601
3. Classificação	602
4. Circunstâncias judiciais	604
5. Circunstâncias agravantes	605
6. Reincidência	613
a) Conceito e formas	613
b) Pressuposto	613
c) Efeitos	616
d) Espécies de crimes e reincidência	616
e) Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência	616
f) Crimes militares e puramente políticos	622
7. Circunstâncias atenuantes	623
a) Ser o agente menor de 21 ou maior de 70 anos	624
b) Desconhecimento da lei	624
c) Motivos de relevante valor social ou moral	625
d) Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano....	625
e) Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	626
f) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime	626
g) Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	626
h) Circunstâncias inominadas	627
8. Causas de aumento e de diminuição da pena	627
9. Circunstâncias qualificadoras	628

CAPÍTULO LVII

DA COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

1. Cominação das penas	631
2. Juízo de culpabilidade como fundamento da imposição da pena .	632
3. Fixação da pena	632
4. Fases da fixação da pena privativa de liberdade	634
5. Mecanismo da imposição das penas	637
6. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	639
7. Concurso de causas de aumento e de diminuição. Concurso de qualificadoras	639
8. Exemplos de fixação da pena privativa de liberdade	640
9. Fixação da pena de multa	641

CAPÍTULO LVIII

DO CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução	645
2. Posição da matéria: concurso de crimes ou de penas?	645
3. Sistemas	646
4. Espécies de concurso	647
5. Concurso material	648
a) Conceito	648
b) Espécies	648
c) Aplicação da pena	648
6. Concurso formal	649
a) Conceito	649
b) Espécies	649
c) Requisitos	649
d) Aplicação da pena	650
e) Unidade e autonomia de desígnios	651
7. Crime continuado	652
a) Conceito	652
b) Requisitos	653
c) Crimes da mesma espécie	653

d) Homogeneidade das circunstâncias	654
e) Natureza jurídica	655
f) Aplicação da pena	656
g) Bem jurídico pessoal: unidade ou pluralidade de sujeito passivo	656
8. Aplicação da multa	658
9. Limite das penas	658
10. Concurso de crime e contravenção	660

CAPÍTULO LIX

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURDIS*)

1. Explicações preliminares	661
2. Sistemas	662
3. Formas	663
4. Requisitos	663
5. Período de prova e condições	667
6. Revogação	669
7. Prorrogação	671
8. Extinção da pena	672

CAPÍTULO LX

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Explicações preliminares	673
2. Pressupostos	673
3. Concessão do livramento condicional e período de prova	677
4. Revogação	678
5. Causas de revogação obrigatória do livramento condicional ...	679
a) Crime cometido durante a vigência do livramento condicional	679
b) Crime cometido antes do período de prova	679
6. Causas de revogação facultativa do livramento condicional ..	680
7. Efeitos da revogação do livramento condicional	680

a) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível pela prática de infração penal anterior ao período de prova (crime ou contravenção)	681
b) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível por infração cometida durante o período de prova	683
c) Efeitos da revogação do livramento condicional por descumprimento das condições impostas na sentença	684
8. Extinção da pena	684
9. Prorrogação do período de prova	685
10. Expulsão de estrangeiro	686

CAPÍTULO LXI

DOS EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL

1. Noções preliminares	687
2. Condenação penal e reparação civil	688
3. “Actio civilis ex delicto”	690
4. Absolvição penal e reparação civil	691
a) Absolvição em face de estar provada a inexistência do fato .	692
b) Absolvição criminal em face de não haver prova da existência do fato	692
c) Absolvição criminal em face de não constituir o fato infração penal	692
d) Absolvição criminal em face de estar provado que o réu não concorreu para a prática da infração penal	692
e) Absolvição criminal em face de não existir prova de ter o réu concorrido para a prática da infração penal	693
f) Absolvição criminal em face de não existir prova suficiente para a condenação	693
g) Absolvição criminal em face de existir causa de exclusão da antijuridicidade ou da culpabilidade ou haver fundada dúvida sobre sua existência (CPP, art. 386, VI)	693
5. Confisco	695
a) Conceito	695
b) Permissão	696

c) Confisco como efeito da condenação	696
6. Efeitos específicos	697

CAPÍTULO LXII

DA REABILITAÇÃO

1. Conceito e efeitos	701
2. Condições	702

VI — DA PERSECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO LXIII

DA AÇÃO PENAL

1. Conceito	707
2. Classificação	707
3. Ação penal pública	711
4. Ação penal privada	714
5. Ação penal no crime complexo	716
6. Ação penal no concurso de crimes	717
7. Imunidade parlamentar formal ou processual	718

VII — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

CAPÍTULO LXIV

CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de punibilidade	723
2. Condições objetivas de punibilidade	723
3. Causas extintivas da punibilidade	724
4. Escusas absolutórias	725
5. Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade ..	726
6. Efeitos da extinção da punibilidade	728
7. Análise do art. 108 do CP	728
8. Imunidade parlamentar material	729
9. “Abolitio criminis”	731

CAPÍTULO LXV

PERDÃO JUDICIAL

1. Conceito e elenco	733
2. Natureza jurídica	733
3. Distinções	733
4. Extensão	734
5. Natureza jurídica da sentença concessiva	734

CAPÍTULO LXVI

DA MORTE DO AGENTE

1. Introdução	737
2. Prova	737

CAPÍTULO LXVII

DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO

1. Introdução	739
2. Anistia	739
3. Graça e indulto	741

CAPÍTULO LXVIII

RENÚNCIA E PERDÃO

1. Conceito de renúncia do direito de queixa	745
2. Oportunidade da renúncia	745
3. Formas de renúncia. Questões várias	746
4. Conceito de perdão aceito como causa de extinção da punibilidade	747
5. Oportunidade do perdão	747
6. Formas de perdão	747
7. Titularidade da concessão do perdão	748
8. Aceitação do perdão	748
9. Efeitos do perdão aceito no concurso de pessoas	749

CAPÍTULO LXIX

DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO

1. Decadência do direito de queixa e de representação	751
2. Titularidade do direito de queixa ou de representação e decadência	752
3. Perempção da ação penal	752
4. Casos de perempção da ação penal	753

CAPÍTULO LXX

RETRATAÇÃO DO AGENTE

1. Conceito	755
2. Casos	755

CAPÍTULO LXXI

CASAMENTO SUBSEQUENTE

1. Introdução	759
2. Casamento do agente com a vítima	760
3. Casamento da vítima com terceiro	762

CAPÍTULO LXXII

DA PRESCRIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	765
2. Pretensão punitiva e pretensão executória	766
3. Prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória	767
4. Imprescritibilidade	768
5. Prescrição da pretensão punitiva	768
6. Prescrição da pretensão executória	771
7. Prescrição superveniente à sentença condenatória	773
8. Prescrição retroativa	775
a) Introdução. Súmula 146 do STF	775
b) O Anteprojeto de Código Penal. O Código Penal de 1969. A Lei n. 6.016, de 31-12-1973	777

c) A Lei n. 6.416, de 24-5-1977	778
d) Reforma penal de 1984 (antes da Lei n. 12.234, de 2010) ...	779
e) Natureza jurídica	779
f) Como se conta o prazo prescricional	780
g) Princípios	781
h) A Lei n. 12.234, de 5-5-2010, e a extinção da prescrição re- troativa	782
9. Espécies de penas e prescrição	789
10. Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva	790
10.1. Idade da vítima como novo termo inicial da prescrição da pretensão punitiva	792
11. Termos iniciais da prescrição da pretensão executória	794
12. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	794
13. Multa	795
14. Redução dos prazos de prescrição em face da idade do sujeito .	796
15. Causas suspensivas da prescrição	796
16. Causas interruptivas da prescrição	799
17. Crimes falimentares	805
18. Crimes de imprensa	805
19. Crimes contra a Segurança Nacional	806
20. Crimes militares	806
21. Crimes eleitorais	807
22. Crimes de abuso de autoridade	807

Damásio de Jesus

Presidente da Damásio Educacional e Diretor-geral da Faculdade de Direito Damásio de Jesus, ambas em São Paulo. Doutor em Direito pela Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Salerno (Itália).

Foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 26 anos. Advogado na área criminal.

DIREITO PENAL

Parte Especial

2º Volume

Crimes contra a pessoa
a Crimes contra o patrimônio

35ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio

Gerência executiva Rogênia Eduarda Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Bianca Miyuki Nakozata

Arte e diagramação Aldo Mautinha de Azevedo

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Márcia Abreu

Rita de Cassia S. Pereira

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Capa Raney Carmelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão RR Donnelley

Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-01804-4 obra completa

ISBN 978-85-02-61929-6 volume 2

Jesus, Damósio de

Direito penal, 2ª volume : parte especial ; Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio / Damósio de Jesus. — 35. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título. II. Título : Dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio.

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e punida pelo artigo 184 do Código Penal.

117.619.035.001

968090

ÍNDICE GERAL

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL

I — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE

1. Parte Geral e Parte Especial do CP	35
2. Normas da Parte Especial do CP	37
3. Classificação legal dos crimes em espécie	37

II — CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

CRIMES CONTRA A VIDA

1. Proteção penal da pessoa humana e jurídica.....	45
2. Consentimento do ofendido	45
3. Classificação dos crimes contra a vida	47

Homicídio

1. Conceito	49
2. Formas típicas e objetividade jurídica	50
3. Sujeitos do delito e qualificação doutrinária	51
4. Elementos objetivos do tipo	52

5. Homicídio e nexos de causalidade	54
6. Homicídio e estado de necessidade	57
7. Homicídio e legítima defesa	59
8. Elemento subjetivo e normativo do tipo (dolo e culpa)	65
9. O tipo do homicídio doloso:	66
a) Dolo de homicídio: conceito e elementos.....	66
b) Espécies	67
10. Homicídio e erro de tipo:	70
a) Erro sobre o tipo do homicídio	70
b) Espécies de erro de tipo no homicídio	71
c) Efeitos do erro de tipo no homicídio	72
d) Homicídio e erro provocado	73
e) Homicídio e erro de tipo acidental	74
f) Homicídio e erro sobre pessoa	74
g) Homicídio e <i>aberratio ictus</i>	75
h) Homicídio e resultado diverso do pretendido	80
11. Homicídio e erro de proibição:	81
a) Erro de proibição no homicídio	81
b) Casos de erro de proibição	81
c) Homicídio e erro de direito	81
d) Homicídio e errônea suposição de excludente da ilicitude não reconhecida juridicamente	82
e) Homicídio e descriminantes putativas	82
12. Homicídio e crime impossível	84
13. Homicídio e concurso de pessoas:	85
a) Introdução	85
b) Autoria	85
c) Formas do concurso de pessoas	87
d) Relevância das condutas	88
e) Participação subjetiva	88
f) Formas de participação	89
g) Cooperação dolosamente distinta	90
h) Autoria incerta	91

i) Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias	91
14. Consumação e tentativa	92
15. Homicídio privilegiado	94
16. Homicídio qualificado	97
17. Causas de aumento de pena	104
18. Homicídio culposo:	105
a) O homicídio culposo na teoria finalista da ação	105
b) Previsibilidade objetiva e subjetiva da morte culposa	111
c) Elementos do tipo culposo de homicídio	112
d) Homicídio, imprudência, negligência e imperícia	113
e) Espécies de culpa no homicídio	114
f) Graus da culpa no homicídio	115
g) Compensação e concorrência de culpas no homicídio	116
h) Homicídio culposo qualificado	116
i) Perdão judicial	118
19. Pena e ação penal	126

Participação em suicídio

1. Introdução	127
2. Objetividade jurídica	128
3. Natureza jurídica da morte e das lesões corporais de natureza grave	128
4. Conduta da própria vítima	128
5. Sujeitos do delito	129
6. Elementos objetivos do tipo	129
7. Elemento subjetivo do tipo	130
8. Qualificação doutrinária	132
9. Consumação e tentativa	132
10. Figuras típicas qualificadas	133
11. Hipóteses várias:	135
a) Pacto de morte	135
b) Roleta russa	135

c) Resultado diverso do pretendido	135
12. Pena e ação penal	136

Infanticídio

1. Introdução	137
2. Critérios de conceituação legal do infanticídio	138
3. Objetividade jurídica	138
4. Sujeitos do crime	139
5. Infanticídio e aborto	139
6. Influência do estado puerperal	139
7. Elemento típico temporal	140
8. Elemento subjetivo do tipo	141
9. Meios de execução	141
10. Qualificação doutrinária	142
11. Consumação e tentativa	142
12. Concurso de pessoas	142
13. Néelson Hungria e o tema do concurso de pessoas	146
14. Questões várias	149
15. Pena e ação penal	149

Aborto

1. Conceito	151
2. Objetividade jurídica e qualificação doutrinária	152
3. Figuras típicas	153
4. Sujeitos do delito e objetos materiais	154
5. Elementos objetivos do tipo	154
6. Elemento subjetivo do tipo	155
7. Consumação e tentativa	155
8. Autoaborto.....	156
9. Aborto provocado sem o consentimento da gestante	157
10. Aborto consensual	157
11. Aborto qualificado.....	159
12. Aborto legal.....	160
13. Pena e ação penal	162

CAPÍTULO II

LESÕES CORPORAIS

1. Conceito e objetividade jurídica	163
2. Sujeitos do crime	163
3. Qualificação doutrinária	164
4. Figuras típicas	164
5. Autolesão.....	165
6. Elementos objetivos do tipo	165
7. Elemento subjetivo e normativo do tipo	166
8. Momento consumativo e tentativa	166
9. Questões várias	167
10. Lesão corporal de natureza leve	168
11. Lesões corporais de natureza grave	168
12. Lesões corporais graves em sentido estrito	169
13. Lesões corporais gravíssimas	173
14. Lesão corporal seguida de morte	176
15. Lesões corporais privilegiadas	176
16. Causas de aumento de pena	177
17. Lesão corporal culposa	178
18. Perdão judicial	179
19. Violência doméstica.....	179
20. Ação penal no crime de lesão corporal dolosa leve contra a mulher.....	181
21. Pena e ação penal	183

CAPÍTULO III

CRIMES DE PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Generalidades	185
---------------------	-----

Perigo de contágio venéreo

1. Conceito e objetividade jurídica	189
---	-----

2. Figuras típicas	189
3. Exposição ao contágio.....	190
4. Sujeitos do crime	190
5. Elementos objetivos do tipo	191
6. Elemento subjetivo do tipo.....	192
7. Qualificação doutrinária	192
8. Consumação e tentativa	192
9. Figura típica qualificada	192
10. Questões várias.....	193
11. Pena e ação penal	193

Perigo de contágio de moléstia grave

1. Conceito e objetividade jurídica	195
2. Sujeitos do crime.....	195
3. Elementos objetivos do tipo	196
4. Elementos subjetivos do tipo	196
5. Qualificação doutrinária	197
6. Consumação e tentativa.....	198
7. Pena e ação penal	198

Perigo para a vida ou saúde de outrem

1. Conceito e objetividade jurídica	199
2. Sujeitos do crime.....	199
3. Elementos objetivos do tipo	200
4. Elemento subjetivo do tipo	200
5. Qualificação doutrinária	200
6. Consumação e tentativa.....	201
7. Causa de aumento de pena	201
8. Pena e ação penal	202

Abandono de incapaz

1. Conceito e objetividade jurídica.....	203
2. Qualificação doutrinária e sujeitos do delito	203
3. Especial relação de assistência	204

4. Elementos objetivos do tipo	205
5. Elemento subjetivo do tipo	205
6. Consumação e tentativa	205
7. Figuras típicas qualificadas	206
8. Pena e ação penal	207

Exposição ou abandono de recém-nascido

1. Introdução	209
2. Conceito, objetividade jurídica e qualificação doutrinária	209
3. Sujeitos do delito.....	210
4. Elementos objetivos do tipo	210
5. <i>Honoris causa</i>	210
6. Momento consumativo e tentativa	212
7. Elementos subjetivos do tipo	212
8. Figuras típicas qualificadas	213
9. Concurso de pessoas	213
10. Pena e ação penal	213

Omissão de socorro

1. Conceito e objetividade jurídica	215
2. Sujeitos do delito	216
3. Elementos objetivos do tipo	217
4. Qualificação doutrinária	219
5. Elemento subjetivo do tipo	220
6. Consumação e tentativa	220
7. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	221
8. Questões várias	221
9. Pena e ação penal	221

Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial

1. Conceito e objetividade jurídica	223
2. Sujeitos do delito	223
3. Elementos objetivos do tipo	224
4. Qualificação doutrinária	224

5. Elemento subjetivo do tipo	224
6. Consumação e tentativa	225
7. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	225
8. Pena e ação penal	225

Maus-tratos

1. Conceito e objetividade jurídica	227
2. Figuras típicas	227
3. Sujeitos do delito	227
4. Elementos objetivos do tipo	228
5. Elemento subjetivo do tipo	229
6. Qualificação doutrinária	229
7. Consumação e tentativa	230
8. Figuras típicas qualificadas	230
9. Pena e ação penal	230

CAPÍTULO IV

DA RIXA

1. Conceito	231
2. Objetividade jurídica	232
3. Sujeitos do delito	232
4. Elementos objetivos do tipo	233
5. Qualificação doutrinária	235
6. Momento consumativo e tentativa	235
7. Elemento subjetivo do tipo	236
8. Rixa e legítima defesa	236
9. Figuras típicas qualificadas	237
10. Pena e ação penal	240

CAPÍTULO V

CRIMES CONTRA A HONRA

1. Objetividade jurídica	241
--------------------------------	-----

2. Elenco dos crimes contra a honra	242
3. Natureza do interesse jurídico	243
4. Afinidades e diferenças entre os crimes contra a honra	243
5. Qualificação doutrinária	244
6. Sujeitos do delito	244
7. Meios de execução	247
8. Elemento subjetivo do tipo	247
9. Consentimento do ofendido	250
10. Imunidade parlamentar	250

Calúnia

1. Conceito e objetividade jurídica	253
2. Figuras típicas	253
3. Núcleos dos tipos	253
4. Elemento normativo do tipo	254
5. Elementos subjetivos do tipo	254
6. Fato definido como crime	254
7. Qualificação doutrinária	255
8. Formas de calúnia	255
9. Momento consumativo e tentativa	256
10. Propalação e divulgação	256
11. Calúnia contra a memória dos mortos	256
12. Liberdade de censura e exceção da verdade	257
13. Pena	260

Difamação

1. Conceito e objetividade jurídica	261
2. Sujeitos do delito	261
3. Conduta típica	261
4. Elementos subjetivos do tipo	262
5. Qualificação doutrinária	262
6. Momento consumativo e tentativa	262

7. Exceção da verdade	263
8. Pena	263

Injúria

1. Conceito e objetividade jurídica	265
2. Elementos subjetivos do tipo	266
3. Qualificação doutrinária	266
4. Momento consumativo e tentativa	267
5. Perdão judicial	267
6. Injúria real	268
7. Injúria qualificada.....	269
8. Pena	270

Disposições comuns dos crimes contra a honra

1. Figuras típicas qualificadas	271
2. Causas especiais de exclusão da antijuridicidade	272
3. Retratação	274
4. Pedido de explicações em juízo	275
5. Ação penal	276

Ofensa à honra de autoridades públicas

1. Presidente da República	279
2. Vice-Presidente da República e outros chefes dos Poderes da União e dos Estados	280
3. Chefes de Governo estrangeiro	281
4. Órgãos e funcionários públicos	281
5. Elementos do tipo dos crimes contra a Segurança Nacional ..	281

CAPÍTULO VI

CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Generalidades	283
---------------------	-----

Seção I

*Crimes Contra a Liberdade Pessoal**Constrangimento ilegal*

1. Conceito e objetividade jurídica	285
2. Figuras típicas	285
3. Sujeitos do delito	286
4. Elementos objetivos do tipo	286
5. Qualificação doutrinária	288
6. Elementos subjetivos do tipo	289
7. Momento consumativo e tentativa	289
8. Figuras típicas qualificadas	289
9. Norma penal explicativa	290
10. Causas especiais de exclusão da tipicidade	290
11. Pena e ação penal	291

Ameaça

1. Conceito e objetividade jurídica	293
2. Sujeitos do delito	293
3. Elementos objetivos do tipo	294
4. Qualificação doutrinária	295
5. Momento consumativo e tentativa	295
6. Elemento subjetivo do tipo	295
7. Pena e ação penal	297

Sequestro ou cárcere privado

1. Conceito e objetividade jurídica	299
2. Sujeitos do delito	299
3. Elementos objetivos do tipo	300
4. Elemento subjetivo do tipo	300
5. Qualificação doutrinária	300
6. Consumação e tentativa	301

7. Figuras típicas qualificadas	301
8. Pena e ação penal	302

Redução a condição análoga à de escravo

1. Conceito e objetividade jurídica	303
2. Sujeitos do delito	303
3. Elemento subjetivo do tipo	304
4. Qualificação doutrinária	304
5. Consumação e tentativa	304
6. Causas de aumento de pena	304
7. Pena e ação penal	305

Seção II

Violação de Domicílio

1. Conceito e objetividade jurídica	307
2. Conceito de domicílio	308
3. Sujeitos do delito	308
4. Conceito de casa	310
5. Elementos objetivos do tipo	311
6. Qualificação doutrinária	312
7. Momento consumativo e tentativa	313
8. Elemento subjetivo do tipo	313
9. Figuras típicas qualificadas	313
10. Causas especiais de exclusão da antijuridicidade	315
11. Pena e ação penal	316

Seção III

Crimes Contra a Inviolabilidade de Correspondência

Generalidades	317
---------------------	-----

Violação de correspondência

1. Conceito e objetividade jurídica	319
---	-----

2. Correspondência	319
3. Sujeitos do delito.....	320
4. Elementos objetivos do tipo	320
5. Elemento subjetivo do tipo	320
6. Elemento normativo do tipo	321
7. Qualificação doutrinária	321
8. Momento consumativo e tentativa	322
9. Pena e ação penal	322

Sonegação ou destruição de correspondência

1. Conceito e objetividade jurídica	323
2. Sujeitos do delito.....	323
3. Conduta típica	323
4. Elementos subjetivos do tipo	324
5. Momento consumativo e tentativa	324
6. Pena e ação penal	324

Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica

1. Conceito e objetividade jurídica	325
2. Sujeitos do delito.....	325
3. Conduta	325
4. Elementos subjetivo e normativo do tipo	326
5. Momento consumativo e tentativa	326
6. Interceptação de conversação telefônica:	326
a) Introdução	326
b) Vigência	326
c) Diferenciação	327
d) Objetividade jurídica.....	327
e) Sujeito ativo	327
f) Sujeitos passivos	328
g) Condutas típicas	328
h) Elemento normativo do tipo	328
i) Divulgação	329

j) Elementos subjetivos do tipo	329
l) Momento consumativo	329
m) Qualificação doutrinária	329
n) Tentativa.....	329
o) Ação penal	329
7. Pena e ação penal	329

Impedimento de comunicação, instalação ou utilização de estação de aparelho radioelétrico. Disposições comuns

1. Impedimento de comunicação	331
2. Instalação ou utilização de estação de aparelho radioelétrico	331
3. Disposições comuns	332

Correspondência comercial

1. Conceito e objetividade jurídica	333
2. Sujeitos do delito.....	333
3. Conduta	333
4. Elemento subjetivo do tipo	334
5. Momento consumativo e tentativa	334
6. Pena e ação penal	334

Seção IV

Crimes Contra a Inviolabilidade dos Segredos

Divulgação de segredo

1. Conceito e objetividade jurídica	335
2. Sujeitos do delito	335
3. Elementos objetivos e normativo do tipo	336
4. Elemento subjetivo do tipo	337
5. Qualificação doutrinária	337
6. Momento consumativo e tentativa	337
7. Violação de sigilo funcional de sistemas de informações.....	337
8. Pena e ação penal	338

Violação de segredo profissional

1. Conceito e objetividade jurídica	339
2. Sujeitos do delito	339
3. Elementos objetivos do tipo	340
4. Qualificação doutrinária	341
5. Elemento subjetivo do tipo	341
6. Elemento normativo do tipo	341
7. Dano	342
8. Momento consumativo e tentativa	342
9. Pena e ação penal	342

Invasão de dispositivo informático — art. 154-A

1. Conceito e objetividade jurídica	343
2. Sujeitos do crime	343
3. Conduta	344
4. Elemento subjetivo	344
5. Consumação e tentativa	344
6. Figura típica equiparada	345
7. Causas de aumento de pena	345
8. Figura típica qualificada	345
9. Pena e ação penal	346

III — CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO VII

FURTO

1. Conceito e objetividade jurídica	349
2. Figuras típicas	350
3. Sujeitos do delito	350
4. Objeto material	351
5. Elemento normativo do tipo	352
6. Conduta	352
7. Elementos subjetivos do tipo	352

8. Qualificação doutrinária	353
9. Momento consumativo e tentativa	353
10. Concurso de crimes	354
11. Furto de uso	357
12. Furto noturno	358
13. Furto privilegiado ou mínimo	359
14. Furto de energia.....	369
15. Furto qualificado	369
16. Furto qualificado de veículo automotor	374
a) Origem da Lei n.º 9.426/96.....	374
b) Nova figura típica de furto qualificado	375
c) Requisitos.....	375
d) Veículo automotor	375
e) Componentes.....	375
f) Significado da qualificadora “que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior”	375
g) Elemento subjetivo.....	376
h) Concurso de pessoas	377
i) Concurso do novo tipo (§ 5.º) com a tradicional forma do furto qualificado (§ 4.º).....	377
j) Contrato exclusivo de transporte.....	377
l) Repouso noturno	377
m) Pena pecuniária	378
n) Irretroatividade.....	378
17. Pena e ação penal	378

Furto de coisa comum

1. Conceito e objetividade jurídica	379
2. Sujeitos do delito	380
3. Elemento subjetivo do tipo	380
4. Qualificação doutrinária	380
5. Momento consumativo e tentativa	380
6. Causa especial de exclusão da antijuridicidade	380
7. Pena e ação penal	381

CAPÍTULO VIII

ROUBO E EXTORSÃO

Roubo

1. Conceito e objetividade jurídica	383
2. Sujeitos do delito	384
3. Meios de execução	385
4. Objetos materiais	386
5. Elementos subjetivos do tipo	386
6. Qualificação doutrinária	386
7. Consumação e tentativa	387
8. Roubo circunstanciado	388
9. Concurso de crimes	393
10. Roubo qualificado pelo resultado. Latrocínio:.....	399
A) Homicídio consumado e subtração patrimonial consumada	401
B) Homicídio tentado e subtração patrimonial tentada	401
C) Tentativa de homicídio e subtração patrimonial consumada	402
D) Homicídio consumado e subtração patrimonial tentada	403
a) Responsabilidade por tentativa de latrocínio	403
b) Responsabilidade por homicídio qualificado e tentativa de roubo simples, em concurso material	404
c) Responsabilidade por latrocínio consumado	404
d) Responsabilidade por homicídio qualificado	406
e) Resumo	406
f) Apreciação crítica	408
11. Pena e ação penal	410

Extorsão

1. Conceito e objetividade jurídica	411
2. Sujeitos do delito	412
3. Conduta	412
4. Meios de execução	412
5. Elementos subjetivos do tipo	412

6. Elemento normativo do tipo	413
7. Qualificação doutrinária	413
8. Consumação e tentativa	413
9. Figuras típicas qualificadas	414
10. Sequestro relâmpago	414
11. Pena e ação penal	416

Extorsão mediante sequestro

1. Conceito e objetividade jurídica	417
2. Sujeitos do delito	417
3. Conduta	417
4. Elementos subjetivos do tipo	418
5. Resultado	418
6. Qualificação doutrinária	419
7. Consumação e tentativa	419
8. Tipos circunstanciados	419
9. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	421
10. Pena e ação penal	421

Extorsão indireta

1. Conceito e objetividade jurídica	423
2. Sujeitos do delito	423
3. Elementos objetivos do tipo	424
4. Qualificação doutrinária	424
5. Consumação e tentativa	424
6. Elementos subjetivos do tipo	425
7. Pena e ação penal	425

CAPÍTULO IX

USURPAÇÃO

Alteração de limites

1. Conceito e objetividade jurídica	427
---	-----

2. Sujeitos do delito	427
3. Elementos objetivos do tipo	427
4. Elementos subjetivos do tipo	428
5. Elemento normativo do tipo	428
6. Qualificação doutrinária	428
7. Consumação e tentativa	428
8. Pena e ação penal	429

Usurpação de águas

1. Conceito e objetividade jurídica	431
2. Sujeitos do delito	431
3. Elementos objetivos e subjetivos do tipo	431
4. Elemento normativo do tipo	432
5. Qualificação doutrinária	432
6. Consumação e tentativa	432
7. Pena e ação penal	433

Esbulho possessório

1. Conceito e objetividade jurídica	435
2. Sujeitos do delito	435
3. Elementos objetivos do tipo	435
4. Qualificação doutrinária	436
5. Elementos subjetivos do tipo	436
6. Consumação e tentativa	436
7. Pena e ação penal	436

Supressão ou alteração de marca em animais

1. Conceito e objetividade jurídica	437
2. Sujeitos do delito	437
3. Elementos objetivos do tipo	437
4. Elementos subjetivos do tipo	438
5. Elemento normativo do tipo	438
6. Qualificação doutrinária	438

7. Consumação e tentativa	438
8. Pena e ação penal	438

CAPÍTULO X

DANO

1. Conceito e objetividade jurídica	441
2. Sujeitos do delito	441
3. Elementos objetivos do tipo	442
4. Elemento subjetivo do tipo	442
5. Qualificação doutrinária	443
6. Consumação e tentativa	443
7. Figuras típicas qualificadas	443
8. Pena e ação penal	446

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia

1. Conceito e objetividade jurídica	449
2. Sujeitos do delito	449
3. Elementos objetivos do tipo	449
4. Elemento normativo do tipo	450
5. Elemento subjetivo do tipo	450
6. Qualificação doutrinária	450
7. Consumação e tentativa	451
8. Pena e ação penal	451

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

1. Conceito e objetividade jurídica	453
2. Sujeitos do delito	454
3. Elementos objetivos do tipo	454
4. Elemento subjetivo do tipo	455
5. Qualificação doutrinária	455
6. Consumação e tentativa	455
7. Pena e ação penal	455

Alteração de local especialmente protegido

1. Conceito e objetividade jurídica	457
2. Sujeitos do delito	457
3. Elementos objetivos do tipo	457
4. Elemento subjetivo do tipo	458
5. Elemento normativo do tipo	458
6. Qualificação doutrinária	458
7. Consumação e tentativa	458
8. Pena e ação penal	459

CAPÍTULO XI

APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Conceito e objetividade jurídica	461
2. Sujeitos do delito	461
3. Elementos objetivos do tipo	462
4. Elemento normativo do tipo	465
5. Elemento subjetivo do tipo	465
6. Qualificação doutrinária	465
7. Momento consumativo e tentativa	465
8. Figuras típicas qualificadas	466
9. Figura típica privilegiada	468
10. Pena e ação penal	469

Apropriação indébita previdenciária

1. Conceito e objetividade jurídica	471
2. Sujeitos do delito	472
3. Elementos objetivos do tipo	472
4. Conceituação: algumas questões	474
5. Elemento subjetivo do tipo	474
6. Consumação e tentativa	474
7. Extinção da punibilidade	474
8. Perdão judicial e causa de diminuição de pena	475

9. Parcelamento do débito previdenciário.....	475
10. Penas e ação penal.....	476
11. <i>Vacatio legis</i>	476

Tipos assemelhados à apropriação indébita

1. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	477
2. Apropriação de tesouro	478
3. Apropriação de coisa achada	479

CAPÍTULO XII

ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

1. Conceito e objetividade jurídica	481
2. Sujeitos do delito	481
3. Qualificação doutrinária	482
4. Elementos objetivos do tipo	482
5. Elementos subjetivos do tipo	483
6. Momento consumativo e tentativa	484
7. Figura típica privilegiada	484
8. Figura típica qualificada	485
9. Pena e ação penal	486
10. Disposição de coisa alheia como própria	486
11. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	487
12. Defraudação de penhor	488
13. Fraude na entrega de coisa	489
14. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro .	489
15. Fraude no pagamento por meio de cheque:	491
a) Conceito e objetividade jurídica	491
b) Sujeitos do delito	491
c) Elementos objetivos do tipo	492
d) Qualificação doutrinária	492

e) Momento consumativo e tentativa	493
f) Elemento subjetivo do tipo	493
g) Efeitos do pagamento do cheque sem fundos	493
h) Pena e ação penal	494

Duplicata simulada

1. Conceito e objetividade jurídica	495
2. Sujeitos do delito	496
3. Elementos objetivos do tipo	496
4. Elemento subjetivo do tipo	496
5. Qualificação doutrinária	497
6. Momento consumativo e tentativa	497
7. Falsidade no Livro de Registro de Duplicatas	497
8. Pena e ação penal	497

Abuso de incapazes

1. Conceito e objetividade jurídica	499
2. Sujeitos do delito	499
3. Elementos objetivos do tipo	501
4. Qualificação doutrinária	501
5. Elementos subjetivos do tipo	501
6. Momento consumativo e tentativa	501
7. Pena e ação penal	502

Induzimento à especulação

1. Conceito e objetividade jurídica	503
2. Sujeitos do delito	503
3. Elementos objetivos do tipo	503
4. Qualificação doutrinária	505
5. Elementos subjetivos do tipo	505
6. Momento consumativo e tentativa	505
7. Pena e ação penal	505

Fraude no comércio

1. Conceito e objetividade jurídica	507
2. Sujeitos do delito	507
3. Elementos objetivos do tipo	508
4. Qualificação doutrinária	508
5. Elemento subjetivo do tipo	508
6. Momento consumativo e tentativa	509
7. Figura típica privilegiada	509
8. Pena e ação penal	509

Outras fraudes

1. Conceito e objetividade jurídica	511
2. Sujeitos do delito	511
3. Elementos objetivos do tipo	511
4. Qualificação doutrinária	512
5. Elemento subjetivo do tipo	512
6. Momento consumativo e tentativa	512
7. Pena e ação penal	513
8. Perdão judicial.....	513

Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações

1. Conceitos e objetividade jurídica genérica	516
2. Subsidiariedade expressa	517
3. Fraude na fundação da sociedade por ações:	517
a) Conceito e objetividade jurídica	517
b) Sujeitos do delito.....	518
c) Elementos objetivos do tipo	518
d) Qualificação doutrinária	518
e) Elementos subjetivos do tipo	518
f) Momento consumativo e tentativa	519
g) Penas e ação penal	519
4. Fraude sobre condições econômicas de sociedade por ações:	519

a)	Conceito e objetividade jurídica	519
b)	Sujeitos do delito.....	519
c)	Elementos objetivos do tipo	519
d)	Elemento subjetivo do tipo	520
e)	Momento consumativo e tentativa	520
f)	Penas e ação penal.....	520
5.	Falsa cotação de ações ou título de sociedade:.....	520
a)	Conceito e objetividade jurídica	520
b)	Sujeitos do delito	520
c)	Elementos objetivos do tipo	520
d)	Elemento subjetivo do tipo	521
e)	Momento consumativo e tentativa	521
f)	Penas e ação penal.....	521
6.	Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres:	521
a)	Conceito e objetividade jurídica.....	521
b)	Sujeitos do delito.....	521
c)	Elementos objetivos do tipo	522
d)	Elemento normativo do tipo	522
e)	Elementos subjetivos do tipo	522
f)	Qualificação doutrinária	522
g)	Momento consumativo e tentativa	522
h)	Penas e ação penal	522
7.	Compra e venda de ações da sociedade:	523
a)	Conceito e objetividade jurídica	523
b)	Sujeitos do delito	523
c)	Elementos objetivos do tipo	523
d)	Elemento normativo do tipo	523
e)	Elemento subjetivo do tipo	523
f)	Momento consumativo e tentativa	523
g)	Penas e ação penal	524
8.	Caução de ações da sociedade:	524
a)	Conceito e objetividade jurídica	524
b)	Sujeitos do crime	524

c)	Elementos objetivos do tipo	524
d)	Elemento subjetivo do tipo	524
e)	Momento consumativo e tentativa	524
f)	Penas e ação penal	525
9.	Distribuição de lucros ou dividendos fictícios:	525
a)	Conceito e objetividade jurídica	525
b)	Sujeitos do delito	525
c)	Elementos objetivos do tipo	525
d)	Elemento subjetivo do tipo	525
e)	Momento consumativo e tentativa	525
f)	Penas e ação penal	526
10.	Aprovação fraudulenta de conta ou parecer:	526
a)	Conceito e objetividade jurídica	526
b)	Sujeitos do delito	526
c)	Elementos objetivos do tipo	526
d)	Elemento subjetivo do tipo	526
e)	Momento consumativo e tentativa	527
f)	Penas e ação penal	527
11.	Delitos do liquidante:	527
a)	Conceito e objetividade jurídica	527
b)	Sujeitos do delito	527
c)	Elementos objetivos do tipo, elemento subjetivo, momento consumativo, tentativa, pena e ação penal	527
12.	Delitos do representante de sociedade estrangeira:	527
a)	Conceito e objetividade jurídica	527
b)	Sujeitos do delito	528
c)	Elementos objetivos do tipo	528
d)	Elementos subjetivos do tipo	528
e)	Elemento normativo do tipo	528
f)	Momento consumativo e tentativa	528
g)	Falsidade ideológica e material	528
h)	Pena e ação penal	529

13. Negociação de voto:	529
a) Conceito e objetividade jurídica	529
b) Sujeitos do delito	529
c) Elementos objetivos do tipo	529
d) Elementos subjetivos do tipo	529
e) Qualificação doutrinária	529
f) Momento consumativo e tentativa	529
g) Conflito aparente de normas	530
h) Penas e ação penal	530

Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”

1. Conceito e objetividade jurídica	531
2. Sujeitos do delito	531
3. Elementos objetivos do tipo	531
4. Elemento normativo do tipo	532
5. Elemento subjetivo do tipo	532
6. Qualificação doutrinária	533
7. Momento consumativo e tentativa	533
8. Pena e ação penal	533

Fraude à execução

1. Conceito e objetividade jurídica	535
2. Sujeitos do delito	535
3. Elementos objetivos do tipo	535
4. Qualificação doutrinária	536
5. Elementos subjetivos do tipo	536
6. Momento consumativo e tentativa	536
7. Pena e ação penal	536

CAPÍTULO XIII

RECEPTAÇÃO

1. Conceito e objetividade jurídica	537
---	-----

2. Figuras típicas	538
3. Sujeitos do delito	540
4. Objeto material	540
5. Pressuposto.....	541
6. Qualificação doutrinária	541
7. Receptação dolosa própria	542
8. Receptação dolosa imprópria	542
9. Receptação no exercício de atividade comercial:	542
a) Tipo autônomo	543
b) Sujeito ativo qualificado.....	543
c) Crime de formulação típica elástica	543
d) Elementos subjetivos do tipo.....	543
e) Conceito das elementares “sabe” e “deve saber”.....	543
10. Momento consumativo e tentativa	552
11. Elementos subjetivos do tipo	553
12. Receptação culposa	553
13. Autonomia da receptação	555
14. Figura típica privilegiada	556
15. Perdão judicial	556
16. Figura típica qualificada	556
17. Pena e ação penal	556

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (Imunidades Penais Absolutas e Relativas)

1. Imunidade penal	559
2. Imunidade penal absoluta	560
3. Imunidade penal relativa	561
4. Exceções.....	562